

A substituição das gerações em Portugal: análise regional (1930-75)

1. A EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA NA EUROPA. TRAÇOS GERAIS

Até um passado recente, a preocupação dominante, no que se refere às políticas demográficas, esteve centrada no crescimento «acelerado» da população, preconizando-se, consequentemente, a redução da elevada fecundidade. Comprovando tal afirmação, e segundo C. J. O'Neill¹, estão os artigos do *Population Index* («Secção de políticas demográficas»), muito mais de metade dos quais, no período de 1970-78, por exemplo, se ocupava com os programas de redução da fecundidade, se bem que o maior número respeitasse aos países do Terceiro Mundo. Não era, de forma alguma, evidente a preocupação com o declínio da população.

Actualmente, porém, na maioria dos países da Europa, a natureza do processo demográfico mudou: tende-se cada vez mais para populações estacionárias ou para populações declinantes. Assiste-se a um rápido envelhecimento da população porque ao declínio da mortalidade se junta o declínio da fecundidade, o que se traduz numa taxa de crescimento anual médio de apenas 0,6 % para a Europa, enquanto a da população mundial é de 1,9 %^{2, 3}.

Assim, e segundo ainda C. J. O'Neill, dos treze países que constituem a Europa do Norte e do Oeste, dois — Áustria e República Federal da Alemanha —, em 1979, tinham níveis de crescimento natural negativos, pois que se observou já um excesso de óbitos sobre os nascimentos.

No tocante à fecundidade, assistimos a uma uniformização comportamental da Europa como um todo: um declínio desta variável demográfica parece acentuar-se cada vez mais.

¹ C. J. O'Neill, «Population policy in the context of low fertility, structural change and energy constraints», in *Working Paper no. 21*, Voorburg, Netherlands Interuniversity Demographic Institute (NIDI), Maio de 1981, p. 1.

² Groupe d'études des rôles familiaux, *Société et Procréation, les Facteurs Sociaux Qui l'Influencent*, Bruxelas, Institut de Sociologie (Fondé par E. Solvay), «Études sur la famille», Éditions de l'Université de Bruxelles, 1981, p. 10.

³ Remetemos também o leitor para os dados constantes no anexo 5, sobre as taxas de crescimento e envelhecimento na Europa, no recente livro de J. Manuel Nazareth *Explosão Demográfica e Planeamento Familiar: Subsídios para Uma Política de Defesa da Vida em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1982.

Será esta situação independente do passado? Poderemos analisá-la, se bem que de uma forma breve, baseando-nos num recente trabalho de Jean Bourgeois-Pichat ⁴.

O início do século XIX caracterizou-se fundamentalmente por uma elevada mortalidade, compensada por uma não menos elevada fecundidade ⁵, o que determinou um limitado crescimento da população: a proporção dos jovens era elevada, enquanto os velhos existiam em percentagens baixas; a grande maioria da população estava ligada à agricultura.

Em meados do século XIX, devido à conjugação de vários factores, nomeadamente uma melhoria da saúde pública e cuidados médicos mais intensivos, a mortalidade diminuiu. Contudo, a fecundidade manteve-se a níveis elevados durante um lapso de tempo mais ou menos longo. Da conjugação destes dois factores — diminuição da mortalidade e manutenção da fecundidade elevada — resultou um acréscimo populacional.

Em vésperas da segunda guerra mundial, a situação era diferente: evidenciava-se já uma tendência cada vez mais acentuada para o crescimento zero (devido fundamentalmente ao declínio da fecundidade).

Segundo Bourgeois-Pichat, quase todos os países da Europa ocidental passaram (ou ainda estão a passar) pelas sucessivas fases de um modelo de transição que se caracteriza (conforme, em parte, atrás referido) por:

Explosão demográfica no século XIX;

Aproximação ao crescimento zero ainda antes do início da segunda guerra mundial;

Um *baby-boom* desde o fim da segunda guerra mundial até 1965;

Declínio da fecundidade a partir de 1965;

Recentes sinais de uma possível recuperação.

Existe uma certa simultaneidade da crise observada nas tendências de fecundidade, principalmente nos últimos anos, mas é efectivamente a partir de 1965 que se observa um declínio constante, que se mantém até cerca de 1978-79, assistindo-se actualmente a uma lenta recuperação.

O quadro n.º 1 reporta a actual situação da natalidade e da fecundidade em alguns países da Europa, entre 1977 e 1981, e dele apresentaremos uma breve leitura.

Comparativamente, entre 1977 e 1978, as taxas de natalidade da maior parte dos países da Europa do Oeste e do Norte permaneceram a níveis muito baixos, inferiores a 13 ‰. Relativamente aos países da zona mediterrânica, a Itália apresentou-se com a taxa de natalidade mais baixa, bastante mais próxima dos níveis da Europa ocidental do que dos de Portugal (como veremos mais adiante) ou da Espanha. A Bulgária e a Checoslováquia apresentaram uma ligeira descida, permanecendo, contudo, a níveis elevados. A URSS, a Roménia e a Polónia mantiveram a sua natalidade estável, a um nível mais elevado que a maior parte dos países em observação. Um facto sobressai: a correcção positiva da taxa de natalidade da República Democrática Alemã.

O ano de 1979 parecia ser o ano da confirmação do fim da baixa generalizada da fecundidade: países como a República Federal da Alemanha,

⁴ J. Bourgeois-Pichat, «Recent demographic change in Western Europe: an assesment», in *Population and Development Review*, vol. 7, n.º 1, Março de 1981.

⁵ J. Manuel Nazareth, *op. cit.*, anexos 1 e 2.

a Bélgica, a França, a Inglaterra, a Suécia e a Polónia apresentaram-se então com valores superiores aos dos anos precedentes relativamente à descendência média (DM) ou ao índice sintético de fecundidade (ISF). Porém, em 1980 e 1981 surgiram ainda países contrariando aquele movi-

A natalidade e a fecundidade em países da Europa

[QUADRO N.º 1]

Países	População média (estimada) em 1978	Taxa de natalidade (por 1000 habitantes)				DM				
		1977	1978	1979	1980	1977	1978	1979	1980	1981
Europa do Norte:										
Dinamarca	5 104 000	12,2	12,2	11,6	11,3	1,66	1,67	1,61	1,6	1,6
Irlanda	3 236 000	21,4	20,9	20,5	—	3,35	—	3,30	3,4	3,4
Reino Unido	55 822 000	11,8	12,3	13,1	13,4	1,70	1,78	1,87	1,9	1,9
Finlândia	4 752 000	13,9	13,5	13,4	—	1,69	1,65	1,64	1,7	1,6
Noruega	4 059 000	12,6	12,8	12,7	—	1,75	1,77	1,75	1,8	1,8
Suécia	8 278 000	11,6	11,3	11,6	11,8	1,65	1,60	1,67	1,7	1,7
Europa do Sul:										
Itália	56 697 000	13,2	12,6	11,8	—	1,91	1,82	1,71	1,9	1,7
Espanha	37 109 000	17,7	17,2	17,3	—	2,68	2,53	2,50	2,6	2,5
Grécia	9 360 000	15,5	15,6	15,9	—	2,30	2,28	—	2,3	2,3
Jugoslávia	21 914 000	17,7	17,3	17,1	—	2,20	2,19	—	2,2	2,2
Europa do Oeste:										
RFA	61 310 000	9,5	9,4	9,5	10,0	1,41	1,39	1,40	1,4	1,4
Bélgica	9 840 000	12,4	12,4	12,6	—	1,75	1,69	1,70	1,7	1,7
França	53 278 000	14,0	13,8	14,1	14,6	1,86	1,84	1,87	1,9	1,9
Holanda	13 986 000	12,5	12,6	12,5	—	1,58	1,59	1,57	1,6	1,6
Áustria	7 508 000	11,4	11,4	11,5	11,7	1,65	1,62	1,62	1,6	1,6
Suíça	6 337 000	11,5	11,3	11,4	—	1,52	1,49	1,50	1,5	1,5
Europa do Este:										
Bulgária	8 814 000	16,1	15,5	—	—	2,20	2,13	—	2,3	2,1
Hungria	10 685 000	16,7	15,7	15,0	—	2,17	2,08	2,02	2,2	2,0
Polónia	35 010 000	19,1	19,0	19,5	—	2,23	2,21	2,27	2,3	2,3
RDA	16 756 000	13,3	13,9	14,0	—	1,85	1,90	—	1,8	1,9
Roménia	21 855 000	19,6	19,1	—	—	2,60	2,54	—	2,6	2,5
Checoslováquia	15 138 000	18,7	18,4	17,8	—	2,38	2,36	2,30	2,4	2,3
URSS	261 200 000	18,1	18,2	—	—	2,37	2,32	—	—	2,3

Fontes: *Population et Sociétés*, n.º 128, Outubro de 1979, e n.º 140, Outubro de 1980, e *World Population — Data sheet of the Population Reference Bureau, Inc.*, 1980 e 1981.

mento. Efectivamente, a Itália, que parecia querer recuperar da crise, tem um novo e acentuado declínio (de 1,9 em 1980 para 1,7 em 1981). A Bulgária, ainda que a outro nível, neste mesmo lapso de tempo, fixa o seu valor em 2,1.

Em síntese, poderemos dizer que, independentemente da lenta subida verificada em alguns países, a fecundidade permanece fraca e claramente inferior ao nível necessário para assegurar a substituição das gerações. Para que tal suceda será necessário que nasçam 2,1 crianças em média

por mulher, e isto apenas ocorre em 9 dos 23 países observados, tendo em conta as DM apresentadas.

Qual a posição de Portugal neste contexto? Entre 1977 e 1981⁶ foi, em princípio, uma excepção (notável) na tendência de recuperação da baixa generalizada da fecundidade que se manifestava já em alguns países, como atrás verificámos. A taxa bruta de natalidade e o indicador de fecundidade continuaram a baixar de forma acentuada: a primeira declinou de 18,4 ‰, em 1977, até 15,0 ‰, em 1981 (−18,5 %), enquanto o segundo, de 2,45, em 1977, passou a um valor de 2,0, em 1981. Consequentemente, em termos globais, podemos afirmar que o País já não renovava as suas gerações.

Poder-se-á dizer que esta situação era o reflexo exacto do que se passava ao nível regional? Na realidade, haveria homogeneidade? A natureza e a escassez dos dados oficiais existentes e disponíveis, porém, não nos possibilitaram uma resposta imediata a estas questões e neste sentido perspectivamos o nosso trabalho, que apenas abrange um período anterior (1930-75) ao acima referido, pelas razões expostas no que se refere à disponibilidade dos dados.

2. A SUBSTITUIÇÃO DAS GERAÇÕES EM PORTUGAL

2.1 A METODOLOGIA DE ANÁLISE DA FECUNDIDADE

No estudo desta importante variável demográfica (que, juntamente com a mortalidade e as migrações, induz mudanças na população, quer no tempo quer no espaço), e nomeadamente no caso específico português, há vários problemas que se põem quando nos propomos fazer a sua análise ao nível regional, devido à não existência de dados que são fundamentais no certificar de uma grande disparidade de situações demográficas perfeitamente distintas de distrito para distrito.

O recurso a medidas que nos possibilitem uma primeira abordagem do problema, tais como a taxa bruta de natalidade (TBN) e a taxa de fecundidade geral (TFG), apresenta as suas desvantagens no que respeita a comparações ao nível temporal e espacial: não elimina o impacto das estruturas diferenciais da população (por sexo, idade, estado civil, etc.); em análises longas no tempo não nos traduzem os «acidentes» sofridos pela população. Por outro lado, o recurso a taxas específicas, tais como a taxa de fecundidade legítima e a taxa de fecundidade ilegítima, a taxa bruta de reprodução e a taxa líquida de reprodução, embora um pouco mais diferenciadas que as anteriores, também se apresentam com interesse relativo.

Uma análise detalhada dos padrões de comportamento em fecundidade tem necessariamente de ter em conta a estrutura da população, idade, estado civil, nupcialidade e duração do casamento, enquanto factores de grande peso nas tendências dos nascimentos e que, por essa razão, contribuem em larga escala para uma natalidade diferencial entre diversos períodos e áreas. A não existência de estatísticas suficientemente completas e a necessidade de um estudo aprofundado induzem ao recurso à standardização, quer directa, quer indirecta.

No que se refere estritamente ao estudo da fecundidade no caso português, os dois métodos mais trabalhados reportam-se ao método de Coale e ao índice comparativo de fecundidade legítima (ICFL).

O primeiro foi aplicado por Livi-Bacci, no seu estudo sobre Portugal *A Century of Portuguese Fertility* (1971), e, posteriormente, actualizado por Nazareth em 1975⁷. Trata-se de um método de standardização indirecta que nos permite avaliar o impacte da nupcialidade e da fecundidade legítima e ilegítima ao longo do período fértil. O modelo de referência escolhido por Coale é o da fecundidade legítima, por grupos de idade, das mulheres Hutterite no período de 1921-30, pois apresentavam-se com o mais elevado nível de fecundidade legítima observado em populações que não praticavam a contracepção.

O segundo método, o ICFL de Nazareth, é de standardização directa e resultou da necessidade de se suprir a falta, ao nível das estatísticas, de dados que possibilitassem no estudo da fecundidade a associação simultânea do tempo de duração com a idade no casamento. Aqui, a escolha da população-modelo recaiu sobre a população feminina portuguesa de 1950. Obtêm-se taxas de fecundidade legítima ajustadas quando se multiplica cada taxa pela proporção da população-tipo em cada grupo de idade; constrói-se o índice a partir de uma média ponderada das taxas, utilizando como ponderação a população escolhida como modelo⁸.

O recurso à standardização funciona com valores comparativos entre si, o que apenas nos permite uma abordagem do problema, na medida em que o acontecimento é visto em função de valores que dão uma determinada imagem por comparação (por exemplo, no método de Coale, os índices comparativos de nupcialidade, de fecundidade legítima e de fecundidade ilegítima variam entre 0 e 1).

No caso concreto do estudo da substituição das gerações tornou-se absolutamente necessário que fosse clarificada a posição temporal e espacial do acontecimento. Se ao nível global do País não parecia ser difícil a obtenção da informação desejada, ela nada traduzia sobre as assimetrias dos comportamentos ao nível distrital. Só o estudo destas diferenças permite objectivar particularismos regionais, define «os cortes reais» no território e mostra a tendência inegável à uniformização dos comportamentos (por exemplo, em matéria do número de filhos por casal, de limitação da natalidade, etc.).

Foi com esta preocupação que iniciámos o presente estudo. Do primeiro contacto com as estatísticas demográficas concluímos pela sua limitação. Ao nível da informação essencial, os nascimentos ilegítimos não existiam distribuídos por grupos de idade das mães, por distrito, com excepção para os anos de 1940 e 1941⁹, embora não de forma expressa e acabada (os nascimentos encontram-se distribuídos pelos grupos etários das mães apenas segundo o seu estado civil). Ao nível de publicação dos dados, 1975 é o último ano em que estão disponíveis as estatísticas demográficas anuais.

⁷ J. M. Nazareth, «Sobre as perspectivas demográficas no Sul de Portugal: o declínio da fecundidade: aplicação do método de Coale», in *Análise Social*, n.º 41, Lisboa, 1975.

⁸ Id., «Análise regional do declínio da fecundidade da população portuguesa (1930-70)», in *Análise Social*, n.º 52, vol. XIII, Lisboa, 1977.

⁹ Por uma questão de maior fidedignidade informativa, trabalhamos com a média resultante de dois anos consecutivos.

De imediato passámos à fase de obtenção dos dados em falta: a existência, ao nível do continente e das Ilhas Adjacentes, dos totais dos nascimentos ilegítimos, distribuídos pelos grupos de idade das mães, e dos totais absolutos por distritos permitiu-nos o recurso a processos de obtenção indirecta dos dados em falta, operação que consideramos morosa.

Foi, pois, com base na formulação de uma «estrutura-tipo» representativa do País e do ano em estudo, e na sua aplicação distrito a distrito, que obtivemos os nascimentos ilegítimos distribuídos conforme desejado. Especificando um pouco mais: partindo dos totais absolutos dos nascimentos ilegítimos de cada grupo de idade das mães (15-19, ... 45-49 anos), ao nível do País, depois de devidamente corrigidos¹⁰, a fim de evitar distorção na informação a obter, foi constituída uma «estrutura-tipo», para o ano em causa, que nos revelasse o peso daqueles nos diferentes grupos etários. Aplicando agora este modelo a cada distrito associado ao total de nascimentos ilegítimos nele ocorridos, eram obtidos os dados em falta.

Este procedimento foi o genericamente adoptado, com excepção para o ano de 1950, em que foi necessário fazer algumas adaptações, devido à natureza dos dados. Acreditamos que não seja o único, pois outros métodos poderão ser seguidos; porém, pareceu-nos ser um auxiliar válido que permitiu o estudo em causa ao nível regional.

2.2 ANÁLISE GLOBAL

Se bem que as estatísticas oficiais, ao nível global, nos possibilitem um estudo, no campo da fecundidade em geral, num vasto período (1890-1970), iremos delimitar esta nossa análise apenas ao lapso de tempo que medeia entre 1930 e 1979. A falta de dados para além deste último ano não nos permitiu calcular alguns índices, o que fez com que esta análise não fosse extensiva até uma data mais recente.

Começaremos por apresentar em síntese os dados mais significativos (quadro n.º 2) e daremos conta das flutuações da fecundidade e da natalidade e do acentuar de um declínio sem precedentes nos últimos quatro anos.

Entre 1930 e 1979 existiram oscilações muito acentuadas, traduzidas, no que se refere à taxa bruta de natalidade e à taxa de fecundidade geral, numa redução de valores na ordem de 46 % e 43 %, respectivamente. Na sequência deste declínio, a DM, que em 1930 era de 3,85 crianças por mulher, em 1979 era apenas de 2,17, atingindo-se assim o limite para que se processasse a substituição das gerações. Como vimos anteriormente, esta situação já não se verificou em 1981, pois o valor global para o País atingiu 2,0. Podemos igualmente referir que, se, em 1930, cada

¹⁰ Houve necessidade de se aplicar um factor de correcção devido à existência de mães com idade ignorada. Seguimos o método proposto por Coale e Demeny, que consiste na aplicação do factor resultante da relação:

População total

População total — população de idade ignorada

referido por Nazareth em «Tábuas abreviadas de mortalidade globais e regionais, 1929-1932, 1939-1942 e 1949-1952», in *Caderno n.º 5*, Lisboa, Centro de Estudos Demográficos, INE, 1977.

A natalidade e a fecundidade em Portugal (1930-79)

[QUADRO N.º 2]

Portugal	1930	1940	1950	1960	1970	1975	1978	1979
População total(a) . . .	6 802 429	7 755 423	8 510 240	8 889 392	8 663 252	9 633 100(b)	9 819 600(b)	9 862 700(b)
População feminina de 15-49 anos(a)	1 799 702	1 990 263	2 232 784	2 263 920	2 120 395	2 428 300(b)	2 471 000(b)	2 481 300(b)
Mulheres 15-49 anos(a) =								
População total	0,264 6	0,256 6	0,262 4	0,254 7	0,244 8	0,252 1	0,251 6	0,251 6
Total dos nascimentos(a)	203 330	186 115	213 676	194 869	180 811	179 484	167 449	160 311
TBN (permilagem)	29,89	24,00	25,11	21,92	20,87	18,63	17,05	16,25
TFG (permilagem)	112,98	93,51	95,70	86,08	85,27	73,91	67,77	64,61
DM	3,85	3,17	3,28	2,89	3,02	2,52	2,27	2,17
TBR	1,88	1,55	1,60	1,41	1,47	1,23	1,11	1,06

(a) Fonte: recenseamentos gerais da população e estatísticas demográficas.

(b) População estimada.

mulher deixava, em média, 1,88 crianças do sexo feminino, em 1979, cada mulher apenas se substituiu a si mesma, segundo os valores apresentados para a taxa bruta de reprodução (TBR).

Se nos detivermos agora nos vários períodos do intervalo 1930-79, podemos verificar:

a) A redução acentuada dos valores no que se refere ao decénio de 1930-40 (podemos mesmo dizer que estes dez anos constituíram o período em que a natalidade portuguesa apresentou o mais amplo recuo em tão curto espaço de tempo): a TBN de 29,98 ‰ passa a 24,00 ‰ e a TFG desce de 112,98 ‰ para 93,51 ‰. Do ponto de vista da substituição das gerações: em 1930, por cada mulher nasciam 3,85 crianças e em 1940 este valor desce para 3,17.

Toda esta situação se passou independentemente do facto de, em números absolutos, 1940 se apresentar com uma população total superior à de 1930, o que representa, em relação ao período anterior, um acréscimo de 952 994 almas; o mesmo se passou com a população feminina no período fértil. Contudo, o seu peso relativo foi diferente, decresceu, fazendo supor uma distribuição favorável destas mulheres no período fértil, ou seja, uma maior concentração nos grupos mais significativos (dos 15 aos 29 anos).

b) Entre 1950 e 1979: após um ligeiro aumento em relação aos obtidos em 1940 na TBN e na TFG, os valores prosseguiram uma quebra muito acentuada, que vai de 25,11 ‰ até 16,25 ‰, significando, na realidade, uma redução na natalidade de cerca de 35 %, bem como da fecundidade geral, que de 95,70 ‰ passou para 64,61 ‰ (-32 %). Consequentemente, de uma DM de 3,28 crianças por mulher, os valores baixam para 2,17 em 1979.

Atentando nos valores relativos à população total neste período, observa-se que, enquanto o decénio de 1950-60 apresentou um aumento relativamente significativo, entre 1960 e 1970 ocorreu uma redução substancial, compensada em 1975, 1978 e 1979. A população feminina dos 15-49 anos acompanha este ritmo, mas o seu peso relativo apresenta flutuações que vão de 0,2624 em 1950 a 0,2516 em 1979, passando por um afundamento em 1970: 0,2448.

Que condicionantes proporcionaram ao País tal situação, em termos globais? Apenas um estudo exaustivo, aprofundado, nos daria conta das possíveis causas. Contudo, de uma forma bastante genérica, e com base em Evangelista¹¹, poderíamos dizer que:

Se para a) concorreu a quebra nas saídas para o estrangeiro e o retorno de muitos emigrantes devido às dificuldades advindas da crise económica mundial e da conflagração de 1939, não é menos lícito chamar a atenção para uma possível subavaliação dos nascimentos, dado que, como diz Oliveira Marques na *História da 1.ª República Portuguesa*, se os «casamentos aumentaram — médias de 45 000 ao ano —, também os divórcios subiram na escala e os filhos ilegítimos ainda mais. Tudo resultado da concentração urbana — Lisboa e Porto — e do desenvolvimento da instrução»¹².

¹¹ J. Evangelista, *Um Século de População Portuguesa (1864-1960)*, Lisboa, Publicações do Centro de Estudos Demográficos, INE, 1971.

¹² A. H. Oliveira Marques, *História da 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1978, p. 15.

O período de 1950 a 1979 caracterizou-se, numa primeira fase (1950-60), por progressivo êxodo rural e acentuado empolamento urbano, mas com uma emigração ainda modesta. A repartição do crescimento demográfico surgiu, nesta fase, como uma adaptação lógica a um certo progresso económico: se as zonas rurais, em crise, repeliram os seus excedentes para as zonas mais industrializadas (Lisboa e Porto), aqui as estruturas pareceram também não responder capazmente às exigências da nova redistribuição espacial da população...

Uma segunda fase (1960-70) vai reflectir ainda melhor o efeito da inadequação atrás citada. O êxodo rural tornou-se então torrencial e a incapacidade de absorção das cidades foi evidente, o que favoreceu uma emigração maciça para o estrangeiro, especialmente para a Europa (o movimento também se processou para as ex-colónias). O efeito conjunto destas duas forças (empolamento urbano e emigração) repercutiu-se de modo desigual, mas foi extensivo a todo o País.

Os anos de 1975, 1978 e 1979 reflectem já, em termos absolutos, os efeitos do retorno dos portugueses das ex-colónias e uma nova quebra nas saídas para o estrangeiro, em consequência das medidas restritivas dos principais países receptores de mão-de-obra portuguesa, devido à crise económica que actualmente a Europa atravessa.

Acabámos de apresentar, em breves linhas, a situação global do País. Diríamos que o exposto não é suficiente para a explicar em pormenor. Existem justificações que só poderão tentar-se depois de analisarmos particularismos que lhe são inerentes e de se definirem os cortes «objectivos» do território, como atrás foi referenciado.

2.3 ANÁLISE REGIONAL

A nossa análise, neste contexto, restringir-se-á ao período de 1930-75. Este facto deve-se, como atrás foi referido, à falta de publicação de estatísticas demográficas anuais em anos posteriores.

Tentaremos agora pormenorizar a informação global anteriormente apresentada para nos certificarmos do grau de homogeneidade ou heterogeneidade verificada no universo em estudo, para, finalmente, analisarmos a evolução do processo de substituição das gerações ao longo do tempo. Assim sendo, uma primeira abordagem será feita através de uma breve referência à evolução das TBN e da apresentação e análise das TFG (para uma análise mais pormenorizada remetemos o leitor para o artigo de J. Manuel Nazareth sobre o declínio da fecundidade da população portuguesa)¹³.

Em termos gerais, a TBN ao nível de Portugal sofreu uma redução da ordem dos 38 % (isto é, de 29,89 ‰ em 1930 para 18,63 ‰ em 1975). O declínio é generalizado a todos os distritos sem excepção entre 1930 e 1940, o mesmo ocorrendo no ano de 1970. Situação inversa ocorreu, porém, entre 1940 e 1950, em que 14 (64 %) dos distritos apresentaram uma subida em relação a valores anteriores. Em 1975, 18 dos 22 distritos continuam ainda a declinar, verificando-se apenas 2 excepções: Beja e Setúbal, que apresentaram valores mais elevados que em 1970. (Nos anos de 1978 e 1979, o declínio acentuou-se ainda mais.)

¹³ Ver nota 8.

Observemos agora o quadro n.º 3, sobre a evolução das taxas de fecundidade geral. Numa primeira perspectiva analítica dos dados, em transversal, diríamos:

A TFG, por distritos, de 1930 a 1975

[QUADRO N.º 3]

Distritos	TFG (permilagem), por anos					
	1930	1940	1950	1960	1970	1975
Aveiro	115,32	102,62	110,79	115,79	96,63	79,67
Beja	116,26	96,65	86,62	73,30	64,91	65,33
Braga	128,99	117,55	138,33	144,06	121,41	96,58
Bragança	151,80	127,60	124,37	121,45	84,99	70,16
Castelo Branco	124,33	106,36	99,66	80,68	59,34	56,90
Coimbra	93,73	80,14	82,31	76,24	74,21	67,91
Évora	117,63	91,25	78,44	64,69	62,66	60,19
Faro	99,19	81,20	73,49	64,45	66,53	67,98
Guarda	124,62	114,10	107,19	96,34	71,14	63,14
Leiria	121,48	101,82	97,58	90,44	76,18	65,23
Lisboa	81,46	54,33	57,15	64,06	74,52	65,68
Portalegre	118,42	84,98	76,35	67,63	64,41	56,69
Porto	115,82	96,71	113,84	119,14	102,05	82,05
Santarém	113,59	75,64	81,78	75,76	66,61	59,78
Setúbal	123,15	91,19	73,73	68,90	65,22	70,83
Viana do Castelo	101,63	84,87	101,92	96,63	82,26	70,94
Vila Real	135,43	117,04	126,99	128,50	104,03	82,90
Viseu	119,53	109,68	112,05	109,33	99,72	86,98
Angra do Heroísmo	111,68	101,36	110,83	124,37	85,26	73,78
Horta	98,19	88,12	87,69	80,59	88,11	75,19
Ponta Delgada	135,76	121,93	134,02	145,92	131,17	116,04
Funchal	141,97	121,40	117,55	124,06	117,74	92,48
PORTUGAL	112,98	93,51	95,70	86,08	85,27	73,91

1930: em relação à média geral calculada para Portugal (112,98 ‰), 16 (73 %) dos distritos apresentaram-se com valores acima dessa média; porém, para Coimbra, Faro, Lisboa, Viana do Castelo, Angra do Heroísmo e Horta, embora com TFG inferiores, poderiam ainda considerar elevadas (entre 81,46 ‰ de Lisboa e 111,68 ‰ de Angra do Heroísmo).

1940: dado, no conjunto dos distritos, alguns terem sofrido, neste ano, reduções drásticas, a média nacional não ultrapassou os 93,51 ‰; 9 dos 22 distritos apresentaram valores que oscilaram entre 54,33 ‰ (Lisboa) e 91,25 ‰ (Évora) (ou seja, Coimbra, Faro, Portalegre, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo e Horta).

1950: os distritos de Beja, Coimbra, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre, Santarém, Setúbal e Horta atingiram médias inferiores à do País em geral (95,70 ‰), ocorrendo mesmo em Lisboa um valor mínimo de 57,15 ‰; em contrapartida, apresentaram-se com as TFG mais elevadas os distritos de Braga (138,33 ‰) e o distrito de Ponta Delgada (134,02 ‰).

1960: ao nível global, o valor médio atingido foi de 86 nascimentos por 1000 mulheres no período fértil; 45 % dos distritos apresentaram TFG abaixo daquela média. Ponta Delgada e Braga ostentaram os valores máximos (145,92 ‰ e 144,06 ‰, respectivamente).

1970: do conjunto dos distritos, 13 (57 %) tiveram, neste ano, uma TFG compreendida entre 59,34 ‰ e 84,99 ‰. A média global foi de 85,27 ‰ e o valor mais elevado foi achado para Ponta Delgada (131,17 ‰), logo seguido de Braga (121,41 ‰).

1975: a TFG, para o conjunto do País, apenas atingiu 73,91 ‰. Os valores máximo e mínimo foram apresentados pelos distritos de Ponta Delgada (116,04 ‰) e de Portalegre (56,69 ‰); 64 % dos distritos encontravam-se abaixo da taxa de fecundidade média nacional.

Segundo uma análise temporal, comparativa, a primeira ideia com que se fica é a de que, ao nível global, se assiste a um declínio acentuado ao longo do período em análise: -35 %, ressaltando-se, porém, o pouco significativo aumento ocorrido entre 1940 e 1950, como se pode verificar através do quadro n.º 3. (Como nota de curiosidade, e porque já estão disponíveis estes dados globais, poderemos acrescentar que, para 1978, este declínio foi da ordem dos 40 %.)

Ao nível dos distritos, o declínio verificou-se, sem excepção para qualquer distrito, entre 1930 e 1940. Porém, se esta situação se manteve em 50 % dos distritos entre 1940 e 1950, os outros 50 % experimentaram um notável aumento em todos os casos, sendo, contudo, de salientar Viana do Castelo (+20 %), Braga (+18 %), Porto (+18 %) e Ponta Delgada (+10 %). Em relação a 1960, podemos afirmar que se acentua de novo o declínio e apenas 36 % dos distritos vêem os seus valores aumentados (Aveiro, Braga, Lisboa, Porto, Vila Real, Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Funchal). Em 1970, a situação deteriorou-se e apenas 3 distritos melhoraram a TFG (Faro, Lisboa e Horta). A média global não ultrapassou 85,27 ‰, o mesmo se passando em 1975, sem contudo haver uma coincidência dos mesmos distritos, com excepção para Faro.

Em conclusão: todos os distritos, ao longo do período de observação, experimentaram flutuações. O declínio, porém, foi, na prática, uma constante na fase final do período. De salientar, o paralelismo da evolução do modelo de fecundidade entre Braga e Ponta Delgada, a partir de 1950 — em todos os anos de observação ostentaram os valores mais elevados. O declínio mais espectacular do período foi observado em Bragança: -54 %, não apresentando qualquer indício de recuperação. Nestas mesmas circunstâncias, embora de forma mais moderada, estão Portalegre (-52 %), Évora (-49 %), Guarda (-49 %) e Leiria (-46 %).

Após esta constatação da evolução da TBN e TFG, ao nível dos distritos e do País em geral, poder-nos-emos agora deter, por consequência, na análise do processo da substituição das gerações.

Como atrás se verificou (quadro n.º 2), a partir de 1950, ano em que se atingiu o número máximo de nascimentos, estes declinaram sem cessar até final do período (se, por hipótese, o modelo de fecundidade daquele ano se mantivesse, o número mais provável de nascimentos seria da ordem dos 237 450, o que significa uma perda de 17 148 nascimentos para 1979). Entre 1930 e 1940 houve já um pronunciamento da situação: ocorreu

também uma quebra substancial nos nascimentos (menos 17 215), facto presumivelmente atribuível, em parte, a uma menor concentração de mulheres nas idades mais férteis (entre 19 e 30 anos) no último ano, porque, em números absolutos, a totalidade das mulheres foi acrescida de 190 561 efectivos.

Ao nível do País, isto traduziu-se numa compressão da DM, ou seja, num declínio da ordem dos 34 %, como anteriormente referido. Surge agora a necessidade de ressituar este acontecimento demográfico no espaço próprio em que ocorreu, para fazer surgir o comportamento local, a sua persistência ou o seu desaparecimento. Iremos então ocupar-nos de uma análise mais pormenorizada, ao nível dos distritos, através da observação dos diversos cartogramas¹⁴ a seguir apresentados:

1930: apenas 6 distritos (Coimbra, Faro, Lisboa, Viana do Castelo, Angra do Heroísmo e Horta), ou seja, 27 % do total, tinham uma DM inferior a 3,85 (média do País), o que nos vai permitir afirmar que quase se não vislumbra ainda qualquer «acidente» ao nível da substituição das gerações. O distrito de Bragança surgiu-nos, neste ano, com um valor máximo de 5,32 crianças/mulher no período fértil. Em contrapartida, Lisboa apresentava um valor mínimo, da ordem dos 2,62.

1940: a situação mais relevante foi-nos dada pelo distrito de Lisboa, que não atingiu, neste ano, o valor mínimo exigido para que se processasse a substituição das gerações: 1,79. A média nacional era da ordem de 3,17 crianças por mulher no período fértil, o que significa que 14 distritos ainda se mantinham acima daquela média, mas que os restantes distritos (Coimbra, Faro, Portalegre, Santarém, Setúbal e Horta) tinham médias suficientemente baixas, com excepção de Évora (3,04) e Viana do Castelo (3,17). Bragança ostentou o valor máximo de 4,48.

1950: ainda foi o distrito de Lisboa que, nesta data, manteve a DM mais baixa: 1,88. A situação deficitária manteve-se. A média geral era de 3,28 crianças/mulher. Em termos gerais, Beja, Coimbra, Évora, Faro, Portalegre, Santarém, Setúbal e Horta foram os distritos, do conjunto, que apresentaram DM inferiores à média geral. Nestes, os valores oscilaram entre 2,39 e 3,00. Braga evidenciou o valor mais elevado: 4,99.

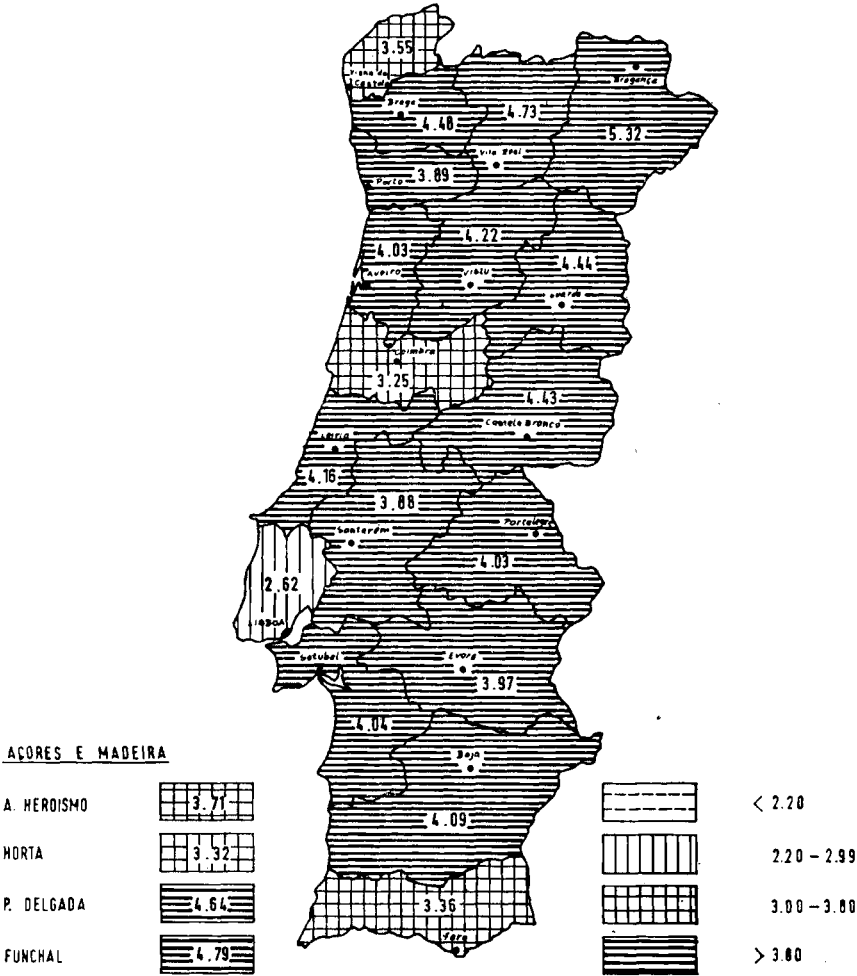
1960: neste ano, 55 % dos distritos tinham uma média superior a 2,89 (média para o País). Apareceram como situações extremas os distritos de Braga (4,95) —logo seguido do de Ponta Delgada (4,94)— e o de Lisboa (2,08). Não obstante outras situações, no conjunto dos quatro distritos das Ilhas observou-se que apenas o distrito da Horta apresentou um valor relativamente baixo (2,87); os restantes tinham uma DM acima de 4,00.

1970: o número médio de crianças por mulher no período fértil foi, para este ano, de 3,02. A DM nos distritos de Ponta Delgada e de Braga é respectivamente de 4,70 e 4,53 crianças/mulher, sendo estes os valores máximos registados. O valor mínimo pertenceu ao distrito de Setúbal (2,21).

¹⁴ A razão da escolha da grelha utilizada nestes cartogramas baseia-se unicamente no facto de ela nos parecer a mais adaptada ao caso vertente.

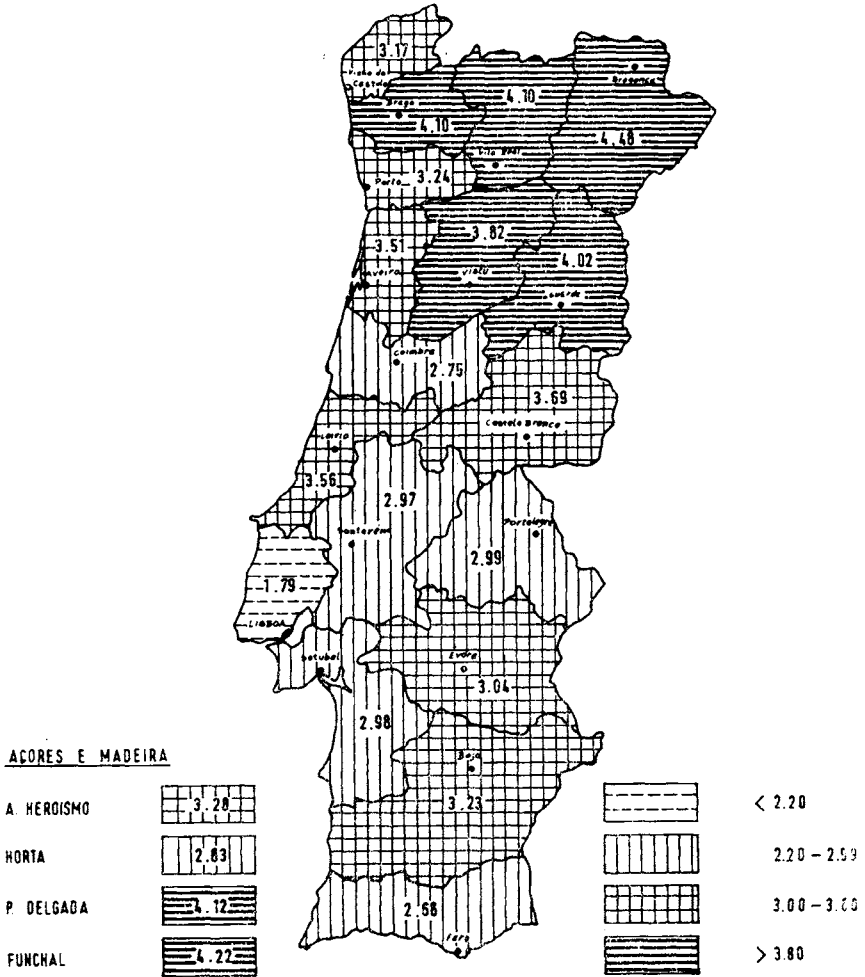
A DM no continente e Ilhas, por distritos, em 1930

[MAPA 1]



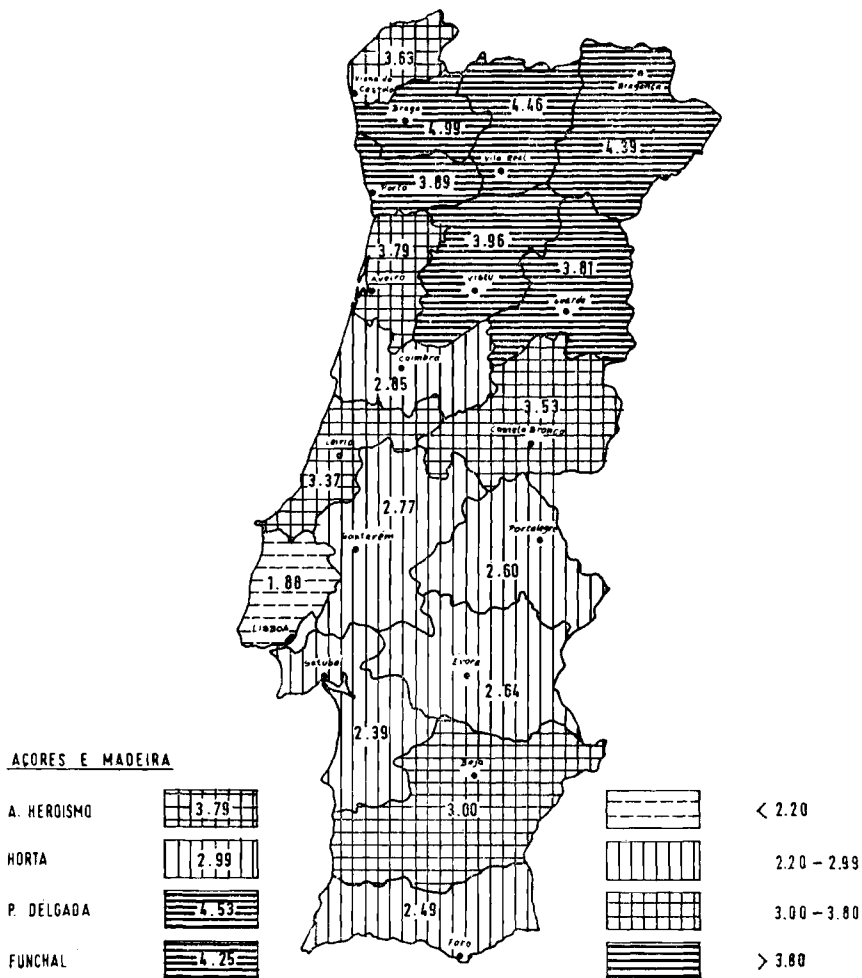
A DM no continente e Ilhas, por distritos, em 1940

[MAPA 2]



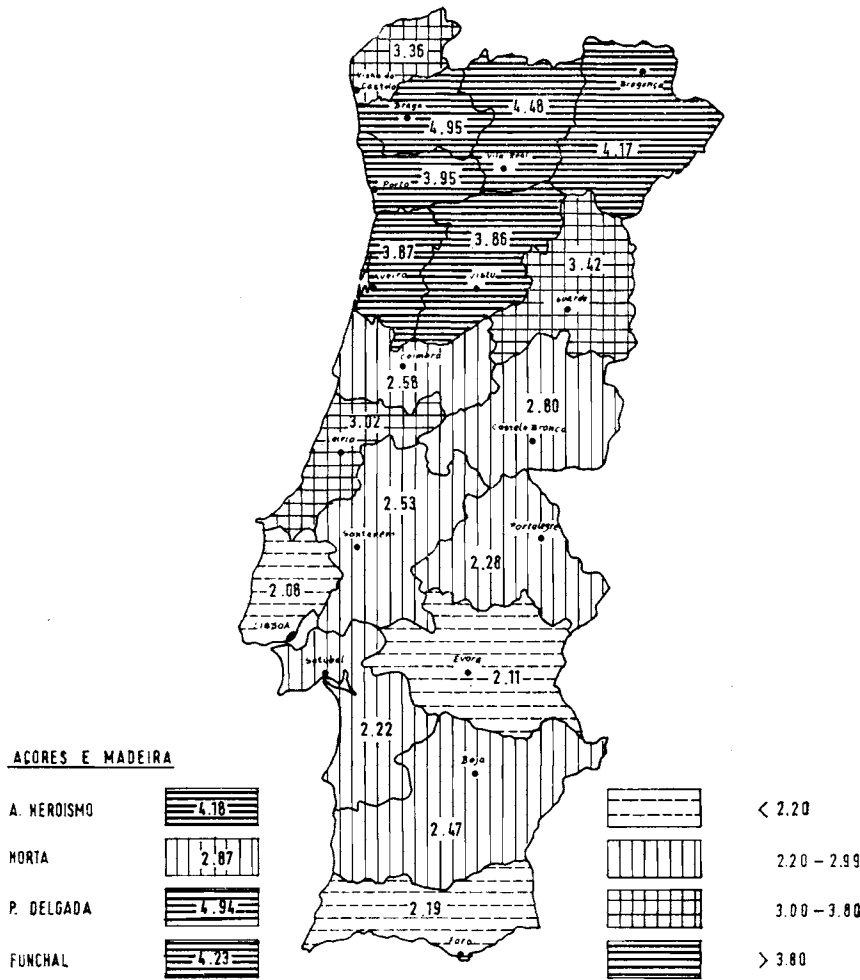
A DM no continente e Ilhas, por distritos, em 1950

[MAPA 3]



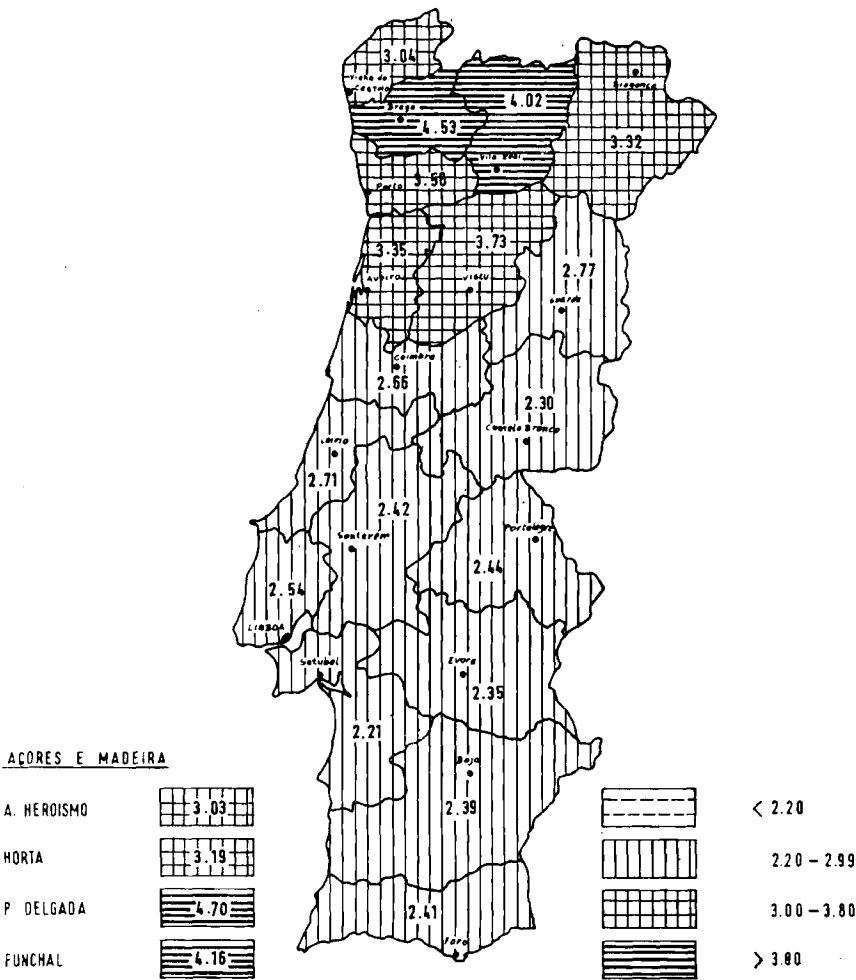
A DM no continente e Ilhas, por distritos, em 1960

[MAPA 4]



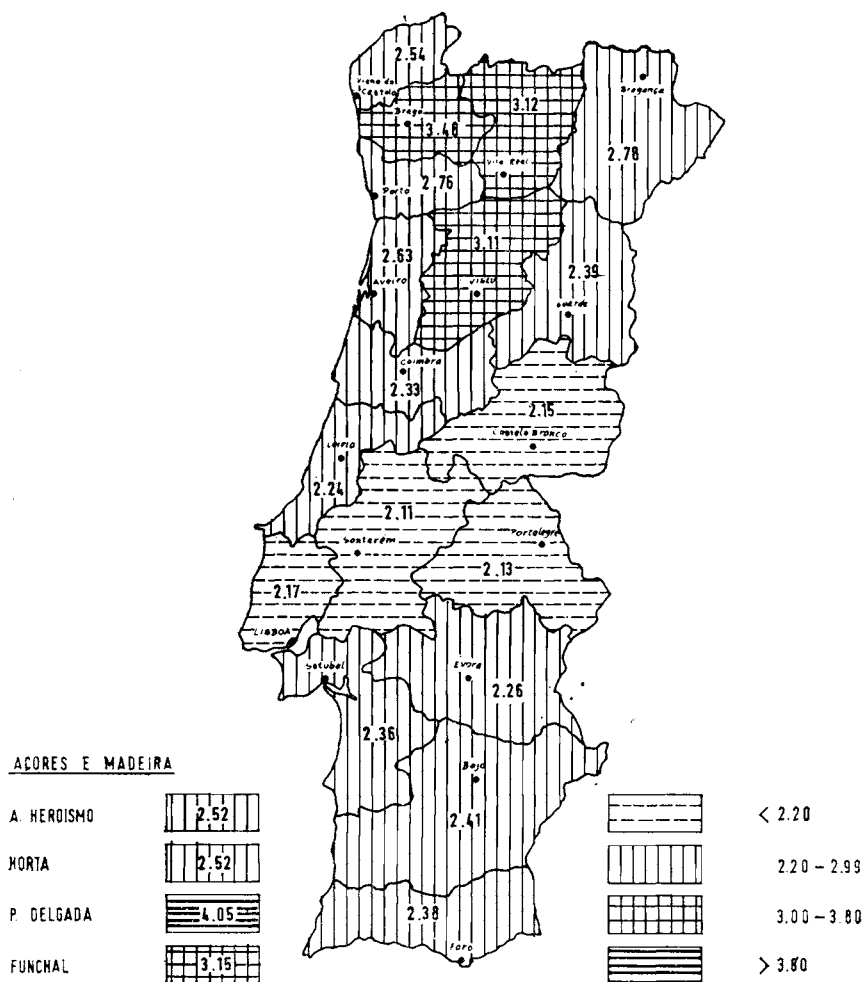
A DM no continente e Ilhas, por distritos, em 1970

[MAPA 5]



A DM no continente e Ilhas, por distritos, em 1975

[MAPA 6]



1975: neste ano, as Ilhas apresentaram-se, proporcionalmente, com uma situação mais favorável, no conjunto, que o continente. Naquelas, 2 distritos tinham uma média superior à média global (2,52) e nos outros 2 era idêntica. No continente, foi Braga que atingiu o valor máximo médio: 3,48 crianças/mulher entre 15 e 49 anos. Tocando o limite mínimo exigido para que se processasse a substituição das gerações estavam Portalegre, Santarém, Lisboa e Castelo Branco.

Uma análise comparativa do período em estudo diz-nos, em primeiro lugar, que os distritos de Bragança, Castelo Branco, Leiria, Santarém e Guarda apresentaram um declínio contínuo, sendo, porém, a situação mais gritante a relativa ao distrito de Castelo Branco (-51 %): de uma DM de 4,43 crianças/mulher desceu para 2,15.

Se isolarmos, para efeitos de análise, o continente das Ilhas, aperceber-nos-emos de imediato que existiu um paralelismo de comportamento, em termos de DM, entre Braga e Ponta Delgada, apenas contrariado em 1975.

As oscilações encontradas dentro de cada um dos restantes distritos foram, na quase totalidade, oscilações de pouca monta, salvo o que se passou entre 1940 e 1950 no distrito de Braga (4,10-4,99, isto é, +22 %) e no distrito de Lisboa entre 1960 e 1970 (2,08-2,54, ou seja, +22 %). Ao nível geral, podemos mesmo considerar os aumentos verificados como acidentais, pois que a cada subida (pouco expressiva, normalmente) correspondeu, por via de regra, uma quebra...

Na globalidade, o distrito de Lisboa, em 1940 e 1950, colocou-se em posição de destaque, pelo facto de apresentar uma DM de tal forma limitada que, em qualquer dos anos, já não lhe era permitido renovar as gerações (1,79 e 1,88 crianças/mulher entre 15 e 49 anos, respectivamente). Em qualquer dos outros distritos nunca foi encontrada situação semelhante.

No distrito de Ponta Delgada foi notória a manutenção dos valores apresentados à partida: 4 crianças em média/mulher entre 15 e 49 anos. O distrito do Funchal teve uma evolução praticamente idêntica, distanciando-se apenas daquele em 1975, bem como o distrito de Braga.

Em termos gerais, podemos afirmar que o declínio foi geral na fase final do período em observação, exceptuando-se o caso de Beja e Setúbal (neste, por razões de ordem migratória, provavelmente), que subiram ligeiramente as DM. O quadro n.º 5 resume a situação verificada entre 1930 e 1975.

Complementando a informação que se acaba de expor, faremos uma breve referência a um outro indicador: a taxa líquida de reprodução (TLR). Numa perspectiva transversal, este índice tem a vantagem de nos indicar a verdadeira capacidade que uma população tem ou não de se renovar, porque nos indica o número médio de crianças do sexo feminino nascidas por mulher (tendo em conta a lei da mortalidade). Assim, uma TLR superior à unidade significa uma dinâmica de crescimento, uma TLR a zero, a estagnação (a longo prazo, «o crescimento zero») e uma TLR inferior à unidade, uma dinâmica «implosiva».

De entre o conjunto dos distritos em análise, apenas esteve nesta última situação o distrito de Lisboa, em 1940 e 1950. Apresentou valores de 0,85 e 0,90 crianças do sexo feminino nascidas por mulher, respectivamente. De referir também que Braga e Ponta Delgada apresentaram uma situação favorável, neste contexto, ao longo de quase todo o período. Em Portugal,

como reflexo da situação conjuntural e no final do período em estudo, cada mãe apenas assegurava a sua própria substituição.

**Ritmo do declínio da DM, por distritos,
entre 1930 e 1975**

[QUADRO N.º 5]

Distritos	Variação (percentagem) (1930-75)
Aveiro	-35
Beja	-41
Braga	-22
Bragança	-48
Castelo Branco	-51
Coimbra	-28
Évora	-43
Faro	-29
Guarda	-46
Leiria	-46
Lisboa	-17
Portalegre	-47
Porto	-29
Santarém	-46
Setúbal	-42
Viana do Castelo	-28
Vila Real	-34
Viseu	-26
Angra do Heroísmo	-32
Horta	-24
Ponta Delgada	-13
Funchal	-34
PORTUGAL	-35

3. CONCLUSÃO

Se bem que, com o presente trabalho, não tenhamos pretendido esgotar o assunto, mas tão-somente mostrar qual a linha tendencial do fenómeno da substituição das gerações em Portugal, pudemos constatar:

Ao nível da Europa, Portugal, até data muito recente (1981), continuava a contrariar o movimento de recuperação que se deliniou para alguns países, continuando a baixar a sua descendência média: ultrapassou já o limite mínimo exigido para que se processe a substituição das gerações, com apenas uma média de 2,0 crianças nascidas por mulher.

No interior do País existem, contudo, discrepâncias (algumas profundas) de comportamento entre os 22 distritos no tocante à substituição das gerações: enquanto Castelo Branco, por exemplo, apresentou um declínio da ordem dos 51 % na sua descendência média, Ponta Delgada, para o mesmo período, apresentou apenas 13 %, sendo considerados os dois casos extremos. A tendência, porém, foi a de

cada vez mais se acentuar o fenómeno. As justificações para semelhante comportamento terão as mais variadas causas. Cada distrito, por si só, constitui um subconjunto da globalidade, com um *modus vivendi* próprio, inerente. Porém, para uma tão grande heterogeneidade encontrada, apenas uma análise profunda pode revelar algo sobre as motivações subjacentes a cada escolha do modelo de fecundidade. Isto, porém, não fez parte do objectivo deste trabalho quando o pensámos.

BIBLIOGRAFIA

OBRAS E ARTIGOS

- Alarcão, A., *Mobilidade Geográfica da População de Portugal (Continente e Ilhas Adjacentes) Migrações Internas 1921-1969*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Estudos de Economia Agrária, 1969.
- Bacci, M. L., *A Century of Portuguese Fertility*, Princeton, Princeton University Press, 1971.
- Bourgeois-Pichat, J., «Recent Demographic Change in Western Europe: An Assessment», in *Population and Development Review*, vol. 7, n.º 1, Março de 1981.
- Evangelista, J., *Um Século de População Portuguesa (1864-1960)*, Lisboa, Publicações do Centro de Estudos Demográficos, 1971.
- Festy, P., *La Fécondité des Pays Occidentaux de 1870 a 1970*, Paris, Institut National d'Études Démographiques — Travaux et Documents, caderno n.º 85, Presses Universitaires de France, 1979.
- Groupe d'Études des Rôles Familiaux, *Société et Procréation, les Facteurs Sociaux Qui l'Influencent*, Institut de Sociologie (Fondé par E. Solvay), «Études sur la famille», Éditions de l'Université de Bruxelles, Bruxelles, 1981.
- Guichard, F., *Atlas Démographique du Portugal*, Bordéus, Maison des Sciences de l'Homme d'Aquitaine, 1978.
- Nazareth, J. M., «Sobre as perspectivas demográficas no Sul de Portugal: o declínio da fecundidade: aplicação do método de Coale», in *Análise Social*, n.º 41, 1975.
- «Análise regional do declínio da fecundidade da população portuguesa (1930-70)», in *Análise Social*, n.º 52, vol. XIII, Lisboa, 1977.
- *O Envelhecimento da População Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1979.
- *Explosão Demográfica e Planeamento Familiar: Subsídios para Uma Política de Defesa da Vida em Portugal*, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, Lisboa, 1982.
- O'Neill, C. J., «Population policy in the context of low fertility, structural change and energy constraints», in *Working Paper no. 21*, Voorburg, Netherlands Inter-university Demographic Institute (NIDI), 1981.
- Oliveira Marques, A. H., *História da 1.ª República Portuguesa*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1978.
- Thomlinson, R., *Population Dynamics, Causes and Consequences of World Demographic Change*, Nova Iorque, Random House, 1976.

RECENSEAMENTOS, ANUÁRIOS E ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS CONSULTADOS

- Censo da População de Portugal*, 1930, 7.º Recenseamento Geral da População, vol. II.
- VIII Recenseamento Geral da População*, vol. III, 1940.
- IX Recenseamento Geral da População*, t. I, *Idade e Instrução*, 1950.
- X Recenseamento Geral da População*, t. III, vol. I, 1960.
- 11.º Recenseamento da População*, 1970, vol. I.
- Anuário Demográfico (Estatística do Movimento Fisiológico da População de Portugal)*, 1930, 1931 e 1940.
- Anuário Demográfico (Estatística do Movimento da População de Portugal)*, 1941, 1950, 1951, 1960 e 1961.
- Estatísticas Demográficas*, 1970 e 1971.